

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Em outubro de 2014, a República Federativa do Brasil – autodenominação que nossa Pátria se dá em sua Carta Magna – realizou eleições gerais para o exercício dos poderes executivos e legislativos em nível de união federativa e nos Estados e no Distrito Federal. Para a escolha dos chefes de Estado e governos, a Constituição assegura por assim dizer a realização de um desempate, pois entende que, quando não há a maioria simples dos votos no primeiro turno, os dois candidatos mais votados se apresentam para a eleição em segundo turno. E assim aconteceu em nível nacional e em 15 das 27 unidades da federação brasileira.

São 25 anos de eleições livres e democráticas no Brasil! Houve eleições como a de 2014 em 2010, 2006, 2002, 1998, 1994 e 1989. O Estado brasileiro, através do poder judiciário, realiza o processo eleitoral de dimensões continentais, utilizando um sofisticado sistema de urnas eletrônicas, o que permite a apuração imediata dos resultados. Isso é motivo para alegrar-se, mas também é motivo para responsabilizar-se pela democracia brasileira. Seria muito simplório considerar positivamente a qualidade e solidez de uma democracia apenas pela realização de eleições.

Em todo o caso, causou espanto em muitos que a diferença de votos entre os candidatos que chegaram ao segundo turno para o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil foi muito pequena. Dilma Rousseff obteve mais de 54,5 milhões de votos contra mais de 51 milhões de votos para Aécio Neves. Em termos de percentagem a contagem fica em 51.64% contra 48.36% dos votos válidos. O mecanismo da democracia é claro: mesmo se a diferença for pequena, na democracia a escolha da maioria é soberana e o escolhido se torna representante da nação como um todo.

“A democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas”. Essa frase atribuída ao primeiro ministro britânico Winston Churchill (1874-1965) evidencia ser a democracia uma vantagem, mas também uma tarefa. Na democracia não está em jogo somente o âmbito do político. Como seu próprio vocábulo indica, democracia significa o senhorio ou domínio (*kratía*) do povo (*dêmos*). Trata-se da organização do Estado, enquanto grandeza social, a partir da totalidade de todos os segmentos que o compõem. E o Estado se compõe, em última instância, de pessoas.

A presidenta reeleita pertence ao partido que está no poder há 12 anos. Todas as quatro eleições que levaram ao poder executivo o partido político da presidenta foram vencidas no segundo turno. Não será o caso de avaliar o sentido dessa continuidade de governos que seguem uma mesma orientação que, por comodidade, pode receber o adjetivo de centro-esquerda?

As políticas implantadas em vista da superação da pobreza e da miséria, as melhorias na assistência médica à massa pobre, os programas de incentivo ao consumo e à aquisição de imóveis, automóveis e eletrodomésticos; o aumento de vagas no ensino público em nível universitário e as bolsas de estudo para estudantes pobres em instituições privadas de educação superior são apenas alguns acenos às grandes mudanças que se têm visto no Brasil nesses últimos 12 anos. Frutos dessas mudanças só serão colhidos anos depois, quando esses jovens estiverem formados e atuarem no mercado de trabalho.

Grande parte do povo brasileiro possui a triste herança histórica de considerar a instituição “Estado” como propriedade de alguns. Isso cria uma barreira inexpugnável entre o Estado e seu povo ou povos. De um lado, muitos brasileiros se sentem — e o são de fato — alijados do Estado, sem se importarem pela qualidade das políticas públicas implementadas por ele. Por outro lado, porém, outros brasileiros, individual ou corporativamente, acostumaram-se a considerar o Estado uma quase extensão de sua casa ou empresa, buscando através do aparelho estatal somente aumentar seu capital pessoal ou coletivo. Prova disso são os vultosos gastos com as campanhas eleitorais, através de doações de particulares e empresas, a fim de garantir vantagens e benesses junto aos políticos eleitos para os poderes executivo e legislativo.

A reflexão a respeito do resultado das recentes eleições no Brasil exige uma compreensão histórica e conceptual da situação país. Perguntar-se pela democracia brasileira vai muito além das questões ligadas à realização de um processo eleitoral. Todavia, os fatos que marcaram as eleições pedem uma reflexão. Em primeiro lugar, tratou-se de uma campanha eleitoral marcada pelo tom agressivo. Em muitas situações houve desrespeito crasso entre os candidatos, o que evidencia quão debilitado se encontra a educação no país. Entendendo-se educação não como simples retenção de informações ou erudição, mas como formação do caráter e da cidadania.

As denúncias de corrupção e desmandos no governo, principalmente as ligadas ao caso da Petrobras, sem dúvida tiveram importante peso na vitória apertada da candidata à reeleição. Infelizmente criou-se uma ampla consciência na opinião pública brasileira de que os políticos e homens públicos são presa fácil de corruptores, dos mais altos aos mais baixos escalões do Estado, até o ponto de que alguns demonstram tolerar tal situação quando, ao darem sua opinião sobre um político, dizem "Rouba, mas faz". Não há democracia sólida, quando corruptos e corruptores agem e formam verdadeiras quadrilhas no Estado e na sociedade. As denúncias ajudam a superar qualquer tipo de tolerância perante casos de corrupção e aumentam a consciência entre as pessoas de que se trata de um crime a ser punido segundo a lei. Nesse sentido, tais denúncias contribuem para a democracia. E a contribuição será maior, se os culpados receberem as penas devidas.

Passemos, pois, a apresentar este número de *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*. Desta vez, começamos com os **Artigos PHILO**. O primeiro deles é assinado por Ana Claudia Archanjo Veloso Rocha, ex-aluna do Mestrado em Filosofia da FAJE e é também professora na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Seu artigo intitula-se "A linguagem como proposta de repensar o lugar do ético a partir do pensamento de Wittgenstein: 1914-1929", no qual relaciona Ética e Linguagem num dos filósofos mais importantes da chamada Filosofia Analítica.

O segundo artigo intitula-se "Sentido e novidade das noções de fenomenologia e de hermenêutica no pensamento de Heidegger" e é assinado por Frederico Soares de Almeida, mestrando em filosofia pela FAJE. O texto evidencia que o pensamento de Heidegger está

ligado quer à fenomenologia, quer à hermenêutica. E como ambas as correntes — ou, se quisermos, abordagens — filosóficas primam pelo método utilizado.

Caroline Ferreira Fernandes, mestranda em filosofia pela FAJE, assina o artigo “Os fundamentos de uma crise de sentido na contemporaneidade em Henrique Cláudio de Lima Vaz”. Ela estabelece um diálogo como o filósofo ouro-pretano, o qual, sabemos, por sua vez dialoga com Hegel, em sua tentativa de compreender o Ocidente e o modo mais abrangente de fazê-lo, isto é, o trabalho da Filosofia.

O graduando em filosofia David J. Santos nos apresenta seu artigo “A trama entre Ética e Poética: Diálogo possível a partir da obra de Guimarães Rosa”. A partir de um conto de *Manuelzão e Miguilim*, de João Guimarães Rosa, o autor faz um exercício de relacionar o conto rosiano com temas da Ética — mais especificamente da Ética das Virtudes —, confrontando-se com filósofos como Paul Ricoeur, Gilles Deleuze e Fernando Savater.

Encerra a seção de artigos PHILO o texto de Daniel Ribeiro de Almeida Chacon, mestrando em filosofia pela FAJE, intitulado “A crítica do ‘Segundo Wittgenstein’ à concepção essencialista da linguagem humana”. O texto trata do problema da fundamentação metafísica da linguagem humana. Recorrendo diretamente ao texto das *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, o mestrando analisa aspectos da crítica que o Filósofo de Viena faz à tese essencialista da linguagem, vindo à tona a tensão entre metafísica e linguagem nesta crítica.

“A morada de Deus entre os homens” abre a seção de **Artigos THEO** e é assinado pelo Ir. Jackson Câmara Silva, religioso da congregação Nova Jerusalém, graduando em teologia na FAJE. O artigo sublinha a peculiaridade do Deus de Israel por relacionar-se de forma pessoal e por morar com seu povo: desde o deserto do Sinai até a construção do Templo. No Novo Testamento, Jesus Cristo dá novo sentido ao templo, identificando-o com o ser humano até culminar na construção da Nova Jerusalém. Essa reflexão a respeito da “morada de Deus” entre os seres humanos faz o autor refletir sobre aspectos da vida e da fé cristãs nos tempos atuais.

O presente número de *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE* traz dois artigos sobre o tema do trabalho. O primeiro é assinado pelo

doutorando Antonio Augusto Nogueira Matias, cujo título assim se enuncia: "O trabalho à luz da Teologia de Santo Agostinho". Trata-se de um texto que aborda o tema do trabalho em Agostinho e demonstra como o pensador cristão supera uma concepção negativa por parte dos cristãos em relação ao mundo do trabalho. O outro artigo sobre o trabalho é assinado pelo também doutorando na FAJE Luciano Gomes dos Santos e se intitula "Trabalho e Reconhecimento em Axel Honneth", no qual se encontra uma reflexão interdisciplinar entre ética filosófica e teológica e a questão do trabalho.

O nono artigo deste número de nossa revista é assinado por Rodrigo Ladeira Carvalho e tem por título "*Sphragis*: assinalados pelo Senhor". É um artigo sobre a teologia do sacramento do batismo, mais especificamente sobre o gesto ritual da *sphragis*, isto é, a persignação feita sobre a fronte de quem recebe este sacramento. Artigo analisa este gesto na Bíblia e na Tradição da Igreja, fundamentando-se em textos de Ambrósio de Milão, Teodoro de Mopsuéstia e Cirilo de Jerusalém e em livros litúrgicos da CNBB. Há uma reflexão final a respeito da atualidade do aspecto teológico e pastoral do gesto da persignação.

Pensar-Revista Eletrônica da FAJE tem a satisfação de apresentar, na seção esporádica **TRADUÇÃO & COMENTÁRIO**, a tradução de "Sobre a interpretação do *Gênesis*", texto de um dos grandes pensadores da filosofia política, Leo Strauss (1899-1973). Trata-se de um texto que vem a calhar muito bem com a intenção transdisciplinar que tem orientado a pesquisa em filosofia e teologia na FAJE. A tradução foi preparada por Richard Romeiro Oliveira, professor adjunto do Departamento de Filosofia da UFPE e ex-professor do Mestrado em Filosofia da FAJE, e por Izabella Tavares Simões Estelita, mestranda em filosofia do Departamento de Filosofia da UFPE e também aluna da graduação em filosofia da FAJE. O Prof. Richard Romeiro assina o comentário que segue a tradução do texto de Leo Strauss.

Este número de *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE* encerra-se com a seção **NOTÍCIA**, na qual trazemos uma crônica histórica assinada por Dom João Evangelista Martins Terra, SJ, bispo auxiliar emérito de Brasília, o qual tem uma ligação com a FAJE, por ter sido professor de filosofia, quando a parte filosófica de nossa faculdade funcionou em São Paulo (entre 1964 e 1974). Dom Terra escreve

sobre a efeméride do “Bicentenário da restauração da Companhia de Jesus”, celebrado neste ano de 2014.

A democracia brasileira tem sido caracterizada pela sua fragilidade. Boa parte dos anos de república em nosso país não foi vivida sob a democracia, mas sob ditadura ou sob governos resultantes de conchavos entre as classes oligarcas. Nesse sentido, podemos dizer que nossa democracia se encontra em construção. Porém não está, de modo algum, fora de perigo, haja vista as manifestações de rua, organizada por setor de direita que — pasmem! — chegou a pedir a volta do regime militar.

O senhorio ou domínio do povo brasileiro sobre seus destinos é um processo histórico aberto, mas que, dia-a-dia, tem dado passos significativos. Esses passos não são iniciativa apenas dos três poderes que compõem o Estado brasileiro, mas implicam as ações e lutas de indivíduos e associações de indivíduos em vista do crescimento contínuo da realidade democrática no Brasil. Vemos com bons olhos a iniciativa de centenas de grupos sociais que têm feito campanha por uma reforma do sistema político brasileiro. Essa reforma será lenta, pois muitos dos atuais congressistas eleitos não têm interesse em empreendê-la. E a reforma será e, com ela, outras reformas serão.

Boa leitura!

Delmar Cardoso
Editor